



A IGREJA UNIVERSAL E A POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL (2016–2022)

*Wilson Corrêa Borges*¹

Resumo

Este artigo analisa como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) utiliza os discursos de guerra espiritual como estratégia simbólica para construir inimigos políticos e legitimar alianças conservadoras no campo político-institucional brasileiro. O objetivo geral deste estudo consiste em investigar as conexões entre religião e política no contexto da ascensão da nova direita brasileira, com ênfase na atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como força legitimadora e mobilizadora de projetos políticos de cunho conservador. Desse modo, delimitamos dois objetivos específicos: a) analisar o discurso de guerra espiritual como dispositivo de mobilização política, examinando como disputas ideológicas são transformadas em batalhas morais; b) examinar as alianças político-religiosas estabelecidas entre a IURD e representantes da nova direita e da esquerda. A abordagem metodológica adotada neste estudo é de natureza histórico-interpretativa, fundamentada nos aportes teóricos como Michel Foucault (1999), Pierre Bourdieu (1989; 2007), Ricardo Mariano (2005) e Rodrigues (2014). Os resultados revelam que a IURD atua como agente legitimador da nova direita, espiritualizando disputas políticas e moralizando conflitos. Identificou-se a construção de inimigos como estratégia central de mobilização. Conclui-se que tal atuação pode representar risco ao pluralismo democrático.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; Nova direita; Guerra espiritual; Política religiosa;

Introdução

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos-GO. E-mail: wilsoncorbor@gmail.com
Orientador: Dr. Léo Carrer Nogueira



As relações entre religião e política no Brasil têm se intensificado ao longo dos últimos anos, revelando uma atuação cada vez mais articulada de grupos religiosos no campo institucional. Na visão de Nunes (2024), essas categorias no país estão imbricadas desde o início da colonização, no século XVI. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja liderança de caráter religioso tem exercido crescente influência na esfera política nacional.

Com a ascensão de movimentos conservadores no país, iremos observar a articulação de discursos morais e a formulação de projetos parlamentares alinhados aos ideais da extrema direita. Tal fenômeno se intensificou especialmente após as manifestações de 2013 e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando novos atores partidários emergiram e passaram a mobilizar narrativas religiosas para sustentar suas propostas e ampliar sua influência na esfera pública. Segundo Maciel (2013), a eleição de Dilma Rousseff simbolizou a continuidade de um projeto político com traços de neoliberalismo moderado, o que gerou a expectativa de consolidação do modelo “social-desenvolvimentista” iniciado com Lula. No entanto, as primeiras ações do governo demonstraram que tais esperanças eram infundadas, pois os resultados da radicalização política acabaram marcando o fim da campanha eleitoral.

Diante dessa conjuntura, a ascensão das igrejas vinculadas ao campo dos pentecostalismos na arena pública nacional passou a representar um dos aspectos mais emblemáticos do período, à medida que essas denominações desenvolveram estratégias de inserção no campo político e passaram a transpor os limites tradicionais entre o sagrado e o secular. Para Burity e Machado (2014), desde os anos 1980 e 1990, os partidos brasileiros passaram a investir na filiação e candidatura de líderes pentecostais e neopentecostais, visando ganhos eleitorais. Desse modo, tal estratégia fortaleceu a presença evangélica tanto nas disputas eleitorais quanto no comando partidário, como se observa na atuação da IURD no PL e, mais recentemente, no PRB, atual Republicanos, e no PSC, posteriormente incorporado pelo Podemos (PODE).

Considerando esse panorama, destaca-se, particularmente, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977 por Edir Macedo, que se diferencia de outras



denominações religiosas em virtude da sua atuação contínua e estruturada nos campos midiático, empresarial e político. De acordo com Oro (2003), a Igreja Universal do Reino de Deus iniciou sua trajetória no cenário político em 1986, com a eleição de seu primeiro representante para a Câmara dos Deputados, o qual participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988. Entre 1986 e 2005, a IURD manteve sua articulação com a política institucional, sobretudo por meio da receptividade de suas candidaturas pelo Partido Liberal (PL). A partir desse movimento, a Igreja passou a consolidar um modelo de atuação político-religiosa, que culminaria na vinculação ao partido Republicanos e na formulação de narrativas políticas próprias.

Dessa forma, podemos observar uma intensa articulação partidária por parte de segmentos evangélicos pentecostais e neopentecostais, exemplificada pelas Igrejas da Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus. Como revela o trecho documental de Lacerda (2017, p. 129), apresentado a seguir: “Nesse processo, algumas delas, tais como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal, vêm participando com êxito da dinâmica político-eleitoral brasileira.” Nesse contexto, nota-se a forte atuação partidária e eleitoral da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, que sempre esteve sustentada por uma base sólida de articulação em coalizões políticas, nas quais essas instituições religiosas operaram estrategicamente para ampliar sua influência no campo político-institucional.

O tema central deste artigo consiste, portanto, na análise das relações entre a IURD, a política partidária e a nova direita brasileira, com foco específico nos mecanismos através dos quais a igreja constrói inimigos políticos e ideológicos. O problema de pesquisa que orienta esta investigação questiona: como a Igreja Universal do Reino de Deus tem atuado na construção de inimigos políticos e ideológicos, e de que maneira essa estratégia contribui para a legitimação da nova direita na política brasileira contemporânea? Dessa forma, esta questão se desdobra na necessidade de compreender os dispositivos discursivos utilizados pela igreja, suas estratégias de mobilização política e os impactos dessas práticas para a democracia brasileira.



Diante disso, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar as conexões entre religião e política no contexto da nova direita brasileira, com ênfase na atuação da IURD como força legitimadora de projetos políticos conservadores. Assim, fica estabelecido os objetivos específicos: a) analisar o discurso de guerra espiritual como dispositivo de mobilização política, examinando como disputas ideológicas são transformadas em batalhas morais; b) examinar as alianças político-religiosas estabelecidas entre a IURD e representantes da nova direita, apoios eleitorais e convergências programáticas.

A relevância acadêmica desta pesquisa reside em sua contribuição para os estudos sobre religião e política no Brasil contemporâneo, oferecendo uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pela democracia em contextos de ascensão de movimentos conservadores. Do ponto de vista social, a investigação se justifica pela necessidade de compreender como a instrumentalização política da religião pode representar riscos ao pluralismo democrático e à tolerância religiosa. A relevância política do estudo manifesta-se na urgência de analisar os impactos da fusão entre discursos religiosos e projetos políticos autoritários, especialmente considerando o papel da memória e da história na compreensão desses processos contemporâneos.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 2016 a 2022, que corresponde à ascensão e consolidação da nova direita no país, incluindo o governo Bolsonaro. Esta delimitação se justifica por abranger desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff, momento de intensificação das articulações entre grupos religiosos conservadores e forças políticas de direita, até o final do mandato presidencial de Jair Bolsonaro, quando essas alianças se consolidaram institucionalmente. O recorte espacial se concentra no Brasil, com ênfase nos discursos e práticas da IURD no cenário político nacional.

Ascensão Política da IURD no Brasil

Nunes (2024) argumenta que a indissociabilidade entre religião e política é uma característica estrutural da formação histórica do Brasil, perceptível desde o século XVI, quando o catolicismo era a religião oficial do Estado, até a proclamação da República, com a separação formal entre Igreja e Estado instituída pela Constituição de 1891, uma ruptura



jurídica que, apesar de formalizada, não eliminou as múltiplas interações entre os campos religioso e político, ainda presentes na contemporaneidade.

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI testemunharam transformações significativas nesse contexto, marcadas pela emergência de um crescente pluralismo religioso que passou a desafiar a histórica supremacia da Igreja Católica. Esse processo de diversificação coincidiu com profundas mudanças sociais, como a urbanização acelerada, a modernização econômica, a redemocratização do país e a inserção crescente de evangélicos, tanto protestantes históricos quanto pentecostais e neopentecostais, no campo político, especialmente por meio do exercício de mandatos eletivos. Nesse panorama, destaca-se, na história do tempo presente, a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como um dos principais atores religiosos no ambiente político-institucional brasileiro.

Ainda que já apresentada na introdução, a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), ocorrida em 1977, no Rio de Janeiro, por Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Augusto, merece ser retomada como marco simbólico do avanço do neopentecostalismo no Brasil. A partir desse momento, a IURD passou a ocupar um lugar de destaque na dinâmica religiosa brasileira, especialmente pelas transformações que impulsionou nas décadas seguintes.

Desde sua gênese, a IURD destacou-se das demais denominações contemporâneas, principalmente pela radicalidade de sua proposta teológica e pela ousadia de suas estratégias de expansão. A partir da década de 1970, a ampliação dos movimentos pentecostal e neopentecostal no Brasil se configurou por meio de uma ruptura profunda e significativa, especialmente por vieses tradicionais do protestantismo, inaugurando uma nova fase, marcada por intensa mobilização religiosa e crescente presença sociopolítica.

Diante disso, diferentemente das denominações protestantes históricas, caracterizadas por uma postura reservada em relação à política e por uma teologia centrada na salvação individual, as igrejas neopentecostais adotaram a Teologia da Prosperidade. Assim, a Igreja Universal passou a se mostrar vitoriosa em relação às demais igrejas evangélicas, como expressa Mariano (2005, p. 160): “Para os defensores da Teologia da Prosperidade, a



expição do Cordeiro libertou os homens da escravidão ao Diabo [...], desde então, destinados à prosperidade, [...] no pagamento dos dízimos.” Por essa razão, a Igreja Universal afirmou-se como uma grande aliada da nova direita² no Brasil, ao camuflar a pobreza material, a miséria e os demais flagelos da vida dos brasileiros vitimados nesse processo histórico. Influenciaram culturalmente o dia a dia dos pobres, construindo uma memória de culpabilização individual, invés de ajuda-los a compreender as motivações políticas e sociais, o que explica os infortúnios que os sobrecarregam e atravessam a história de nosso país.

Em virtude disso, a IURD ampliou e expandiu seus templos, especialmente no estado do Rio de Janeiro, estendendo-se, em seguida, para a Bahia e São Paulo. Está subjacente, na análise de Rodrigues (2014), que a ambição da Igreja Universal, sob o controle do bispo Edir Macedo, era promovê-la até alcançar todo território brasileiro. Para entender melhor, vejamos o que Rodrigues (2014, p. 63-64) tem a nos dizer sobre o assunto,

A expansão da IURD foi acelerada a partir de 1980, sobretudo na segunda metade dessa década. Em 1980, a Igreja abriu templos nos Estados da Bahia e de São Paulo; em 1981, foram abertos templos na cidade de Belo Horizonte; em 1983, Brasília passou a fazer parte do circuito de pregação “Universal” [...].

O crescimento e a expansão da IURD estão diretamente relacionados à ampliação do número de fiéis em trânsito religioso, no contexto de uma modernização conservadora de viés neoliberal no Brasil, que a diferencia de denominações como a Congregação Cristã no Brasil e a Assembleia de Deus. Posto isto, a Universal, de forma planejada, realizou investimentos expressivos na construção dos templos e catedrais, na qualificação de pastores e em inovações tecnológicas e midiáticas, elementos esses que fortaleceram e impulsionaram

² O conceito de nova direita no Brasil da contemporaneidade é uma gramática política complexa, porém nos induz a clareza em Cêpeda (2018, p. 52): “Se a nova direita saiu do armário é preciso lembrar que mesmo um único armário possui inúmeras prateleiras, onde repousam projetos, intenções, valores e concepções políticas heteróclitas”. Parece que houve convergência dos vários segmentos da direita brasileira num único segmento denominado de extrema direita a partir da aceitação do Congresso Nacional direitista, em 2015, ao abrir o processo de impeachment de Dilma Rousseff até as eleições de 2022. As facções da direita liberal democrática, inovadora e progressista se transvestiu de autoritarismo associado à disseminação do ódio e das inimizades, se tornando extrema direita.



a expansão da IURD. Segundo Rodrigues (2014), foi com a aquisição da TV Record, em 1989, que a Igreja Universal, sob a centralidade administrativa do bispo Edir Macedo, investiu fortemente em sua modernização para não transmitir a impressão de que a Record fosse uma rede de televisão voltada estritamente à programação religiosa. Assim, a Igreja utilizou seus meios de comunicação para a expansão e influência na sociedade brasileira, permitindo não apenas a divulgação de sua mensagem religiosa, mas também a construção de uma narrativa própria sobre questões sociais, políticas e culturais.

A dinâmica contínua de crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus é destacada de forma contundente na análise de Mariano (2004, p. 126): “Como fator de expansão denominacional, o governo verticalizado e centralizado da Universal [...]. Além disso, [...], a compra de emissoras de rádio e TV, e a criação de gravadoras[...]” A primazia da Igreja Universal do Reino de Deus no campo evangélico brasileiro tem sido fortalecida, entre outros fatores, por uma eficiente estrutura de arrecadação de dízimos. A disponibilidade de capital próprio para investimentos tem potencializado sua capacidade de expansão e contribuído para que a IURD se destaque em relação às demais denominações evangélicas.

O diferencial agregador religioso da IURD na conquista de fiéis está bem descrito nas palavras de Rodrigues (2014, p. 28): “[...] considerações que justificam e corroboram a hipótese de que o carisma e o poder representam categorias elementares do discurso da práxis iurdiana. [...] a expansão e o sucesso [...] da Igreja Universal na passagem do século XX para o XXI.” Posto isto, a Universal se expõe na sociedade como a mais capacitada e autorizada por Deus entre as igrejas pentecostais e neopentecostais, com o intuito de realizar curas espirituais e resolver quaisquer problemas sociais.

De acordo com Oro (2003), a entrada formal da IURD na política partidária ocorreu através da criação e atuação do Partido Republicanos, anteriormente denominado Partido Republicano Brasileiro (PRB), fundado em 2005 por lideranças ligadas à igreja. Essa inserção partidária representou a institucionalização de uma estratégia política que a IURD já vinha desenvolvendo informalmente desde os anos 1990, quando começou a lançar candidatos próprios em diferentes partidos. O Partido Republicanos tornou-se o braço político oficial da igreja, articulando sua presença parlamentar com objetivos religiosos e



empresariais. Diante disso, a igreja desenvolveu uma sofisticada máquina eleitoral que conseguiu eleger representantes em diferentes níveis do poder legislativo e executivo, ao lançar candidatos oficiais com densidade eleitoral significativa, capazes de conquistar votos e obter vitórias nos pleitos.

Além do partido Republicanos, vinculado à Igreja Universal, é necessário destacar a conexão do Partido Social Cristão (PSC) com a Igreja Assembleia de Deus conforme a citação do *Universo Online (UOL)*, publicada em 11 de outubro de 2018: “O PSC (Partido Social Cristão), ligado à Assembleia de Deus, maior igreja evangélica do país, declarou oficialmente nesta quinta-feira (11) apoio a Jair Bolsonaro [...].” Segundo os dados coletados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2023), verifica-se uma escalada crescente de deputados federais eleitos pelo partido Republicanos, cuja trajetória de ascensão teve início no pleito eleitoral de 2010, quando o partido elegeu 8 deputados, alcançando a expressiva marca de 40 parlamentares nas eleições de 2022. No caso do Partido Social Cristão (PSC), ligado à Igreja Assembleia de Deus, observa-se uma perda progressiva de cadeiras na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, em contraste com a conquista da hegemonia política pelo Republicanos, associado a IURD. A ascensão política da aliança Igreja–Republicanos no Brasil é marcada por afinidades ideológicas com o conservadorismo moral e o liberalismo econômico promovidos pela nova direita. Paradoxalmente, essa aliança também integrou a base política dos governos petistas de Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), evidenciando a flexibilidade estratégica da IURD no cenário político nacional.

Segundo Paula (2022), o discurso político da Igreja Universal passou a se caracterizar, a partir de 2013, por um engajamento ativo na construção de uma agenda comum com grupos conservadores, culminando em sua representação efetiva na candidatura à Presidência da República de Jair Bolsonaro, em 2018. A crise política tem sido constantemente explorada pela aliança entre a IURD, o partido Republicanos e os diferentes espectros da nova direita, especialmente por meio de um discurso antipetista que posiciona o Partido dos Trabalhadores como epicentro da corrupção, denunciando, rotineiramente, a troca de apoio por cargos e os desvios de verbas públicas.



As manifestações públicas da Igreja Universal foram marcadas por apoio explícito à campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, que foi simbolicamente qualificado por seus líderes como um “mar da Galileia”, figura associada ao bem e à proteção divina. Essa aliança política conservadora avançou na culpabilização do Partido dos Trabalhadores (PT) pela a crise econômica brasileira, atribuída ao intervencionismo estatal na economia. A bandeira conservadora defendeu o neoliberalismo por meio de dois pilares fundantes: austeridade fiscal do Estado e livre mercado para o bem público. As inimizades políticas construídas pela IURD começaram a se intensificar a partir de 1989, com o apoio à candidatura de Fernando Collor de Mello, e, posteriormente, em 1994, com o respaldo à eleição de Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, a Igreja passou a rotular a esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como ameaça à família tradicional, associando o partido à defesa de pautas feministas, dos direitos da população LGBTQIAPN+ e à suposta promoção da chamada “ideologia de gênero”.

A retórica da Igreja Universal incluiu, em diversos momentos, a acusação de que a esquerda e o comunismo estariam inculcando, nos brasileiros, uma “agenda do diabo”. No entanto, durante os governos petistas, iniciados em 2003, a IURD manteve-se favorável à preservação de valores conservadores na sociedade, adotando uma postura mais discreta no campo político. Esse posicionamento, contudo, sofreu inflexão a partir do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Por outro lado, Villassenor (2010) explicita que o discurso de ódio, medo e demonização da política brasileira, impulsionado pela IURD, está profundamente intrincado à sua lógica religiosa. O discurso político da Igreja Universal atua, sobretudo, nas camadas populares, por meio da indução do medo ao demônio, frequentemente apresentado como a causa exclusiva das injustiças econômicas, sociais, políticas e da exploração econômica. Nesse contexto, é recorrente a demonização, por parte da Universal, de candidatos e partidos políticos que não contam com seu apoio institucional.

Nas eleições de 2014, 2018 e 2022, a IURD, associada ao Republicanos, conseguiu sobressair-se ao ampliar significativamente seu capital político e simbólico entre as igrejas pentecostais e neopentecostais, consolidando, assim, sua influência na representação



legislativa. A partir do desempenho político da aliança Republicanos–IURD, com base nos dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), observa-se a adoção de uma lógica política pautada no modelo padrinho-afilhado, característico da troca de favores, conforme a leitura de clientelismo político proposta por Peter Burke (2012). Esse tipo de apadrinhamento contribui significativamente para o aumento do número de representantes eleitos, da quantidade de votos obtidos nas eleições e da ocupação de cargos estratégicos em governos de diferentes orientações ideológicas.

Nesse sentido, os agentes políticos seguem a lógica própria de seus interesses distintos, os quais passam pelo crivo das promessas e das persuasões, das negociações, pactos e conflitos, sendo constantemente reconfigurados pelos debates e disputas em cada momento histórico. Tal dinâmica expressa a realidade do jogo político do qual participamos. Na visão de Bourdieu (1989, 2007), a construção do capital simbólico corresponde às palavras e mensagens das classes dominantes que são incutidas, acatadas e valorizadas pelos dominados, resultando na consolidação do poder simbólico, o que contribui para a naturalização das diferenças sociais, a manutenção dos privilégios vigentes e na participação de políticos, em especial ligados à IURD e à Igreja Assembleia de Deus (AD), no parlamento nacional.

Na obra *O Poder Simbólico*, Pierre Bourdieu (1989) esclarece a realidade neopentecostal e neoliberal da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil, ao abordar o conceito de “poder simbólico” empregado pela instituição. Tal poder vem sendo exercido de forma inovadora na reconfiguração da linguagem, da religião e da política, destacando-se na consolidação de alianças ideológicas em âmbito nacional. Portanto, a atuação política da Igreja Universal evidencia a interseção entre religião, poder simbólico e ideologia no Brasil contemporâneo, sendo primordial compreender esse fenômeno para a análise das dinâmicas políticas atuais.

Metodologia Histórico-Interpretativa

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem de análise histórico-interpretativa, fundamentada em um referencial teórico-metodológico que articula



contribuições de Michel Foucault (1999), no que se refere à análise do discurso e compreensão das relações de poder; de Pierre Bourdieu (1989; 2007), para entendimento dos campos religioso e político e suas intersecções; de Ricardo Mariano (2005), para estudos específicos sobre o neopentecostalismo brasileiro; e de Rodrigues (2014), com abordagens sobre o crescimento e a expansão da IURD.

A escolha metodológica desta pesquisa justifica-se pela natureza multidimensional do fenômeno estudado, que envolve aspectos religiosos, políticos, sociais e culturais, não plenamente compreensíveis por métodos qualitativos tradicionais. A análise histórico-interpretativa permite uma compreensão profunda dos processos sociais, considerando tanto as continuidades quanto as rupturas que caracterizam a relação entre a IURD e o campo político brasileiro. O recorte temporal de 2016 a 2022 foi selecionado por abranger o período de ascensão e consolidação da nova direita brasileira, desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff até o final do governo Bolsonaro. Este período foi marcado pela intensificação das articulações entre religião e política no Brasil, com a IURD desempenhando papel relevante na legitimação de projetos políticos conservadores.

Entre altares e palanques: a guerra espiritual da IURD e a moralidade conservadora da nova direita

A Igreja Universal do Reino de Deus é frequentemente associada às novas direitas ou sua facção de extrema direita no Brasil, por compartilhar uma pauta comum que afasta os sujeitos-cidadãos da aprendizagem e da convivência salutar à vida democrática. Recentemente, estava em curso uma espécie de captação política e religiosa iurdiana, que revigora as posições ideológicas associadas à nova direita, adepta das práticas da razão neoliberal (ou neoliberalismo autoritário), que estabelece uma equivalência entre sociedade e mercado, transformando o trabalhador em “empresário de si mesmo”. O conceito de extrema direita, ou nova direita, é reforçado nas expressões de Nogueira e Salgado (2023, p. 131), como um projeto de discursos moralistas e conservadores, repleto de desacatos ao regime democrático:



[...] envolver-se nas discussões com a defesa dos valores familiares tradicionais, à sexualidade e aos papéis de gênero (combate às pautas feministas e aos movimentos LGBT+, como o direito ao aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc.).

As convergências ideológicas entre a IURD e a nova direita também se constrói no combate ao comunismo. Esses grupos mobilizaram narrativas de ameaças comunistas ao Brasil, identificando partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como representantes da destruição da família tradicional e dos bons costumes.

A teologia da prosperidade promove um individualismo religioso que responsabiliza cada fiel por sua condição material e espiritual, ecoando o individualismo econômico neoliberal, que responsabiliza cada indivíduo por seu sucesso ou fracasso no mercado. A IURD ensina que a prosperidade material é sinal da bênção divina, reforçando a ideia de que o sucesso econômico resulta do mérito individual e da liberdade de mercado. De acordo com Rodrigues (2014) e Paula (2022), a Igreja contribui para a legitimação religiosa do projeto político da nova direita, oferecendo respaldo moral e mobilização eleitoral através de sua extensa rede de templos, programas de televisão e rádio, além da influência exercida sobre milhões de fiéis.

As alianças concretas estabelecidas entre lideranças da IURD e políticos da nova direita manifestam-se por meio de declarações públicas de apoio mútuo, participação em eventos políticos e religiosos, bem como posicionamentos convergentes em questões polêmicas. As alianças vieram se formando desde o governo da nova direita de Michel Temer, especialmente pela aceitação da agenda conservadora da Universal e contemplação do partido Republicanos com cargos públicos de alto escalão. Um exemplo concreto é o próprio Edir Macedo, que chegou a participar de eventos com Jair Bolsonaro, incluindo inaugurações de templos com presença presidencial. Conforme dito por Oro (2003), políticos ligados ao Partido Republicanos passaram a ocupar cargos importantes no governo Bolsonaro, incluindo ministérios e secretarias. A IURD e políticos da nova direita mantiveram posicionamentos alinhados em relação a temas como aborto, direitos LGBTQIAPN+, educação sexual nas escolas e políticas de drogas. Portanto, essas alianças extrapolaram o âmbito federal, estendendo-se a apoios mútuos em eleições estaduais e



municipais, criando assim, uma rede de relacionamentos políticos que transcenderam diferentes níveis de governo.

Afinal, o interesse da Igreja Universal era conseguir permanecer como protagonista entre as igrejas pentecostais e neopentecostais na bancada evangélica do Congresso Nacional em Brasília. Por essa razão, a participação de deputados evangélicos nas agremiações partidárias passa pelo crivo diretivo de cada instituição partidária e pela vigilância em relação aos discursos e à lealdade dos agentes no exercício dos mandatos políticos. Foucault (1999) nos ensina que o discurso passa por processo de controle, seleção e organização: dessa maneira, toda fala, escrita ou verbal, no campo político é filtrada, passando por controle e exclusão do conteúdo que pode ser dito, ou não, ao povo.

Dentro da IURD, o conceito de “guerra espiritual” transforma-se em elemento central da experiência religiosa, manifestando-se por meio de práticas como sessões de descarrego, exorcismos públicos e confrontos diretos com entidades das religiões afro-brasileiras. Para Mariano (2005, p. 112), “a guerra espiritual constitui um dos elementos mais distintivos do neopentecostalismo, oferecendo explicações sobrenaturais para problemas cotidianos e mobilizando os fiéis para o combate espiritual”. Nesse sentido, a aplicação prática desse discurso nos cultos da IURD envolve a identificação constante de inimigos espirituais na vida cotidiana dos fiéis, abrangendo desde problemas pessoais até questões sociais amplas.

No entendimento de Rocha (2023), os brasileiros estão submissos à guerra cultural do bolsonarismo, fundamentada em narrativas polarizadoras que promovem um combate sem tréguas aos inimigos imaginários. Está em curso essa radicalização ideológica, fortalecida pela mesclagem entre política e religião no quadro político-institucional contemporâneo brasileiro. Os pontos de contatos entre a Igreja Universal e o bolsonarismo, segundo Rocha (2023), revelam uma política oportunista, com o compromisso de reproduzir a ideologia conservadora associada à eleição de inimigos e discursos de ódio.

Com base em Rodrigues (2014), a clivagem das possessões demoníacas promovida pela Universal se mostra arbitrária e enganosa, pois reforça uma retórica seletiva que visa reproduzir sujeitos passivos na sociedade, desestimulando a participação em lutas sociais, históricas e políticas, estas, por sua vez, frequentemente associadas ao Diabo. Dentro do



âmbito religioso, insere-se a luta entre o bem e mal, no qual influencia as interpretações políticas e sociais.

A construção sistemática da “esquerda política” como inimigo espiritual representa uma das estratégias consistentes da IURD: assuntos como comunismo, socialismo e partidos de esquerda são regularmente demonizados nos discursos da igreja. Sendo assim, a Igreja impulsiona regularmente campanhas de oração contra “a maldição do comunismo” e organiza jejuns coletivos para “libertar o Brasil das trevas da esquerda”.

A demonização das religiões de matriz africana pela IURD exemplifica, de forma contundente, sua estratégia de guerra espiritual, que atua como mecanismo simbólico e político para a construção de inimigos. Práticas como o candomblé e a umbanda são sistematicamente retratadas como expressões demoníacas, representando, segundo essa lógica, uma ameaça à moral e à ordem da sociedade cristã defendida pela instituição. A igreja desenvolveu uma teologia que conceitua os orixás como demônios bíblicos, realizando sessões públicas de exorcismo onde entidades afro-brasileiras são “expulsas” de fiéis convertidos. Como documenta o livro de Macedo (1987, p. 45), “Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?”, no qual o autor afirma categoricamente: “Os orixás são demônios que se manifestam através de rituais satânicos para enganar e destruir as pessoas”. A IURD publica regularmente materiais que apresentam religiões afro-brasileiras como causas de problemas sociais como violência, pobreza e desagregação familiar.

Essa exclusão discursiva é reforçada, conforme destaca Foucault (1999), por meio de dispositivos de poder acionados pela Igreja Universal, os quais silenciam determinadas vozes, especialmente as vinculadas à esquerda e às religiões não cristãs, interditando sua presença e participação nos espaços públicos de enunciação. Assim, a IURD não apenas participa da política: ela a espiritualiza. Forja inimigos, unge aliados e transforma o púlpito em palanque. Nesse entrelaçamento entre fé e poder, revela-se um projeto que santifica o discurso e demoniza a diferença. Compreendê-la é decifrar um dos códigos mais sutis do jogo político brasileiro atual.

Conclusão e resultados da pesquisa



A análise empreendida neste estudo revela que a Igreja Universal do Reino de Deus se consolida como um dos principais vetores de articulação entre religião e política no Brasil contemporâneo, operando como força legitimadora de projetos políticos de viés conservador e autoritário. O discurso de guerra espiritual, longe de se restringir à esfera do sagrado, foi ressignificado como ferramenta de combate político, mobilizando afetos, medos e fidelidades em torno de um projeto que espiritualiza disputas ideológicas e moraliza o antagonismo social.

As evidências analisadas demonstram que a IURD constrói pedagogicamente seus inimigos, transformando o “outro”, especialmente os partidos de esquerda e as religiões de matriz africana, em figuras demonizadas, perigosas à ordem moral e à salvação coletiva. Essa construção simbólica, ancorada em práticas de exorcismo, campanhas públicas e materiais doutrinários, constitui um mecanismo de exclusão discursiva e disciplinamento político, em consonância com os dispositivos de poder descritos por Foucault. Além disso, identificou-se que a IURD estabeleceu alianças orgânicas com lideranças da nova direita brasileira, em especial no período pós-2016, quando sua pauta conservadora encontrou ressonância no avanço do bolsonarismo. Essas alianças extrapolam o apoio eleitoral: são pactos ideológicos, operando por meio de cargos estratégicos, convergências discursivas e a naturalização de valores neoliberais como fé, mérito e prosperidade. O púlpito torna-se palanque, e a lógica de salvação se funde à lógica de governo.

Portanto, o presente estudo aponta que a atuação político-religiosa da IURD, no contexto da nova direita, não é episódica ou conjuntural, mas parte de um projeto de poder sustentado em uma racionalidade religiosa autoritária, que sacramenta o conservadorismo moral, instrumentaliza a fé e captura o campo político como extensão de sua guerra espiritual. Compreender esse entrelaçamento é fundamental para refletir sobre os limites da democracia diante da ascensão de discursos que santificam o ódio e demonizam a diferença.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.



BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014. Disponível em: <https://shorturl.at/Qptqs>. Acesso em: 3 set. 2024.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 339 p.

CEPÊDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Dossiê: Interpretações do Brasil Contemporâneo**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, maio/ago 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uckksxr>. Acesso em: 4 set. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **Radiografia do Novo Congresso – Legislaturas 2015-2019; 2019-2023; 2023-2027**. 8. ed. Brasília, DF: DIAP, out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 80 p.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. Orientador: Paolo Ricci. 2017. 145 f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/2t64x95k>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias**: deuses ou demônios? Rio de Janeiro: Universal, 1987.

MACIEL, David. De Lula a Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Marxismo** 21, [s. l.], p. 1-10, jun 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/49m94ccc>. Acesso em: 16 out. 2024.

MARIANO, Ricardo. Expansão neopentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/3f476yyv>. Acesso em: 9 out. 2024.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

NOGUEIRA, Leo; SALGADO, Tathiana. Atuação das religiões evangélicas e do discurso conservador nas eleições presidenciais de 2018, no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, [s. l.], v. 16, n. 46, p. 115-145, 2023.



NUNES, Gilberto Dias. A relação entre religião e política na sociedade brasileira: uma análise sociológica do fenômeno religioso atual. **Último Andar**, São Paulo, v. 27, n. 43, p. 1-32, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/5728cy5d>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

PAULA, Tiago Franco de. As eleições entre o bem e o mal: uma análise comparada entre os discursos da Igreja Universal e de Jair Bolsonaro sobre a moralidade pública no pleito de 2018. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 82-107, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/wndruhmu>. Acesso em: 5 jun. 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo da guerra cultural ao terrorismo doméstico**: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023. 189 p.

RODRIGUES, Jadir Gonçalves. **Carisma e poder**: categorias elementares da retórica da Igreja Universal do Reino de Deus. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/2e729ypm>. Acesso em: 13 mar. 2024.